



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA NA QUALIFICAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO RENDIMENTO MÉDIO DOS TRABALHADORES

Eleuza Ferreira Lima - UEMS

Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira - UEMS

Aparecida Antonia Oliveira - UEMS

Erlaine Binotto - UFGD

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do ensino ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na qualificação do corpo docente do Ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1996 – 2007 e na faixa de rendimento médio das pessoas por grau de escolaridade. Para tanto, investigou-se a evolução da qualificação do corpo docente, salário médio e escolaridade dos empregos formais, a partir da implantação da UEMS nos Municípios em que ela está inserida. A metodologia utilizada caracteriza-se como um estudo histórico-documental com uso dos seguintes procedimentos para a obtenção dos objetivos propostos: pesquisa de referencial bibliográfico; levantamento de dados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e os arquivos institucionais da UEMS. Neste estudo foi feito uso do método *shift-share*, para a análise das variações estrutural e diferencial. De acordo com os dados levantados, conclui-se que das pessoas que atuavam na educação básica no período estudado, a maioria já possui o Ensino Superior. Destaca-se aumento do número de pessoas com Ensino Superior em todas as faixas de salários estudados.

Palavras-chave: Ensino Superior, Qualificação Profissional, Rendimento Médio, UEMS.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Introdução

Um dos objetivos pelo qual a UEMS foi implantada no Estado de Mato Grosso do Sul era suprir a demanda de falta de capacitação dos profissionais da educação que atuavam na Educação Básica e no Ensino Médio sem capacitação. Nesse sentido, o presente artigo apresenta os dados estatísticos no período de 1996 a 2007 para avaliar se houve evolução da qualificação desses profissionais, bem como na faixa de rendimento médio das pessoas por grau de escolaridade.

Para tanto apresenta-se dividido em três seções: ensino superior e seu papel no desenvolvimento regional; qualificação dos professores do Ensino Fundamental e Médio do MS – 1996 a 2007; Escolaridade e Faixa do Rendimento Médio das pessoas residentes nos Municípios do MS – 1996 a 2007; e Considerações Finais.

1 - Ensino Superior e seu papel no Desenvolvimento Regional

Sabe-se que um país só conseguirá fazer justiça social se este implementar uma política regional capaz de equacionar a herança de desigualdades que caracteriza a realidade espacial existente. Essa realidade espacial combina regiões desenvolvidas e industrializadas com áreas de enorme pobreza e atraso econômico, social e cultural. Nesse sentido, é necessário se pensar o Desenvolvimento Regional sob a intervenção, dentre outros atores sociais, das universidades, instrumentos capazes de ampliar suas fronteiras como um instrumento de avanço para a região onde se encontra.

Para que a universidade cumpra com seu papel é necessário um pensamento de ações de políticas públicas que objetive equacionar as disparidades sociais e regionais que vem sendo percebida há muito tempo em nosso país.

É do conhecimento geral que a educação tem como uma das suas finalidades promover desenvolvimento social e econômico e surge como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Steiner e Malnic (2006), a importância da educação na vida das pessoas é inquestionável, pois além de possibilitar-lhes maior inserção social com melhor qualidade de vida, desempenha papel nos diferenciais de salários observados no mercado de trabalho.

O Brasil é um país com grandes diferenças regionais, diferenças estas que estão refletidas também nos estados. Dessa forma, é imprescindível que se reconheça que são “as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões” (BARQUERO, 2001, p.10).

Diante dessa realidade, destaca-se a função da universidade no pensar a questão do desenvolvimento regional, ou seja, pensar o papel que a Universidade brasileira exerce em relação à sociedade.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que é preciso caminhar em busca de um desenvolvimento econômico que leve em consideração indicadores adicionais, capazes de refletir em melhorias sociais e econômicas, como: mais alimentação, melhor atendimento



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

médico e odontológico, educação mais qualificada, mais segurança e melhor qualidade no uso do meio ambiente (SOUZA, 1999, p.28).

Isto nos remete a Melo e Hansen, que afirmam:

As variáveis econômicas não são suficientes para promover o desenvolvimento econômico socialmente justo. O desenvolvimento, acima de tudo, envolve fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ecológicos. Em se tratando de desenvolvimento local, implica dizer que este engloba uma perspectiva integrada do desenvolvimento, que vai além do referencial econômico, reunindo os aspectos humanos e sociais. Sob esse ponto de vista, é considerada de extrema importância a participação da comunidade e do tecido sócio-econômico local como condição para a sustentabilidade do desenvolvimento. Um dos objetivos do desenvolvimento local é a mobilização do potencial endógeno local (2007, p.101).

Desse modo, o conhecimento tornou-se um elemento crucial para a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, o que leva a concluir que competitividade hoje depende da capacidade de produzir e absorver conhecimentos. O Ensino Superior desempenha um papel importante na produção, distribuição e absorção de conhecimento. Dessa forma, uma expansão do setor de Ensino Superior tornou-se uma condição necessária para o aumento da renda nacional e para a melhoria da competitividade global.

Portanto, cada vez mais se constata a necessidade das pessoas irem em busca de formação profissional, seja para melhorar seu conhecimento, seja para aprimorá-los na demanda por uma vaga no mercado de trabalho. Observa-se que se torna cada vez mais difícil que as vagas nos postos de trabalho sejam conquistadas pelas pessoas que possuem grau de escolaridade menor. Isso implica dizer que há vagas no mercado de trabalho, mas em maior índice para as pessoas com nível de escolaridade acima de oito anos de estudo. Isso nos remete aos estudos do IPEA, que relatam que:

A abertura da economia, no início dos anos 90, foi marcada por uma escalada nas exigências das empresas por escolaridade, atingindo a maioria da força de trabalho. Como as empresas precisam mais competência, exigem mais escolaridade, o que resultará em que, para a esmagadora maioria da população, sua renda será determinada pelo investimento feito em educação. Hoje, um diploma do Ensino Médio permite que os rendimentos médios dessa força de trabalho sejam o dobro dos rendimentos daqueles que não têm escolaridade. E um diploma do Ensino Superior quase triplica esse rendimento, comparado com o médio. Além de aumentar salários, a educação também é um excelente seguro-desemprego. Em 2002, a probabilidade de uma pessoa ficar desempregada era de 17,6% se tivesse nível médio incompleto; 10,9% se houvesse completado o Ensino Médio; e apenas 5,4% caso tivesse o superior incompleto (2006, p.6).

Vale enfatizar que a influência da educação não só se destaca no que tange às vagas oferecidas no mercado de trabalho, mas também por ter forte influência na qualidade de vida das pessoas, como definido por Cavaliere *et al*, que destacam:

Na “Nova Economia”, ou “Sociedade do Conhecimento”, ou “Era da Internet”, em que estamos vivendo, os ativos tangíveis do capital físico e financeiro explicam cada vez menos a riqueza das nações e o aumento da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

renda dos indivíduos. Estão perdendo espaço para ativos intangíveis, notadamente as competências humanas e organizacionais, tais como serviços de consultoria, patentes, robótica, telecomunicações e bens culturais. São a competência e criatividade que geram inovação e, por sua vez, dão destaque e importância a produtos e serviços. O papel da educação, à medida que trabalha para o desenvolvimento dessas competências, é vital para o sucesso das pessoas e, conseqüentemente, das organizações do país (2004, p.15).

Barquero corrobora a proposição acima, quando afirma que:

O desenvolvimento econômico, portanto, resulta fortalecido naqueles territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo. Por isso, quando as empresas estão integradas em territórios caracterizados por densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, as mesmas podem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e melhorar, assim, sua competitividade (2001, p.24).

Isso implica dizer que o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, caracterizando-se pela transformação, com a melhoria do nível de vida do conjunto da população e com redução das desigualdades sociais.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Para cumprir sua finalidade, necessita ser pensada, tomando-se como base o retorno concreto de seu papel frente à sociedade que dela usufrui e sua real contribuição para o desenvolvimento da sociedade onde está instalada. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior, deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Isto nos remete a Steiner e Malnic (2006, p. 32), que afirmam que “existe uma consciência crescente de que não adianta expandir o Ensino Superior indefinidamente, a um custo crescente para o setor público e para os estudantes e suas famílias, sem que isto se traduza em benefícios sociais efetivos”.

Para Ricardo e Bonilauri (2007), a responsabilidade da Educação é algo muito abrangente, que envolve um conjunto de atores e de saberes os mais diversos e, por esta razão, precisa ser compartilhada por toda a sociedade, escola e universidade. Até mesmo a família e a empresa devem estar prontas para propiciar ao ser humano uma aprendizagem criativa e, conseqüentemente, inovadora.

Dessa forma, pode-se aferir que nenhum país ou estado pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Em um mundo em que o conhecimento domina os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Por sua vez, para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público e da sociedade organizada é decisivo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Assim, cada vez mais, a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca, é a base do desenvolvimento científico e tecnológico, impulsionador do dinamismo das sociedades atuais. As IES têm muito a fazer no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do século atual, encontrando a solução para os problemas atuais em todos os campos dos saberes e dos fazeres humanos, abrindo o horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira. O conhecimento é considerado atualmente um fator competitivo para qualquer nação. Foi através do capital humano e dos investimentos em educação e conhecimento que diversos países alcançaram altos níveis de desenvolvimento econômico e social. (MELO E HANSEN, 2007, p. 119).

De acordo com pesquisas realizadas, constata-se que os indivíduos com grau de escolaridade mais elevado estão conquistando cada vez mais os cargos disponíveis no mercado de trabalho, o que comprova a maior seletividade e exigência, demonstrando que as pessoas têm que estar em constante busca por qualificação e por aperfeiçoamento.

Isto nos remete a Pochmann *et al*, que afirmam:

Os jovens não pobres estão mais associados, todavia, à frequência no Ensino Fundamental (51,5% desse grupo em 2005) e Ensino Superior (17,8% desse grupo em 2005), esta última, por sinal, praticamente restrita a essa classe econômica. Ademais cabe destacar que, embora a educação não seja fator suficiente para excluir essas crianças da condição de pobreza, é essencial para que elas consigam melhores inserções num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo (2006, p. 88).

As assertivas elencadas confirmam a importância das Instituições de Ensino Superior no cumprimento da sua missão de ampliar os saberes e os fazeres das pessoas em prol de sua colocação em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

No que diz respeito ao Estado em estudo, o Mato Grosso do Sul, atesta-se que este tem acompanhado de perto o crescimento do Brasil em termos de melhoria de renda e empregabilidade. Isto, por sua vez, ratifica a importância das Instituições de Ensino Superior nesse contexto, pois é na conjuntura destas que se apropria o patrimônio do saber humano, que deve ser aplicado ao conhecimento e ao desenvolvimento do País e da sociedade brasileira, assertiva preceituada na Carta Magna brasileira: o dever do Estado com a educação efetiva-se, entre outros aspectos, mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Destaca-se, neste sentido, que deve a educação, e principalmente a universidade, pautar-se em sua localização territorial, na cultural regional própria do povo, com o intuito de proporcionar formas internas de promoção e incentivo com vistas ao desenvolvimento de sua região.

Nesta visão, destaca-se a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no Estado de Mato Grosso do Sul, em 1993, cujo papel no desenvolvimento regional do Estado foi objeto deste estudo. Uma Universidade pública com grande importância para o desenvolvimento do estado e nas perspectivas de futuro de Mato Grosso do Sul, escreveu e escreve uma história contínua de luta pela inclusão social na educação, coerente com seu perfil institucional. Nesse sentido busca-se no item a seguir analisar a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

evolução da qualificação dos profissionais que atuam no ensino fundamental e médio no Estado de Mato Grosso do Sul.

2 - Qualificação dos professores do Ensino Fundamental e Médio do MS – 1996 a 2007

De acordo com o Inep (2006), em 1996, dos professores que lecionavam no Ensino Fundamental no Brasil, 56,16% não eram licenciados e no Mato Grosso do Sul, 34,51% também não tinham essa habilitação. No Ensino Médio, 13,61% no Brasil e 11,62% no MS não eram licenciados.

Analisados os dados de 2007, verifica-se que dos professores que lecionavam no Ensino Fundamental, apenas 6,59% no Brasil e 4,98% no Mato Grosso do Sul não eram licenciados. Quando analisado o Ensino Médio, constata-se que não tinha licenciatura 6,83% no Brasil e 5,02% no Mato Grosso do Sul.

Fazendo um comparativo da formação dos professores que atuavam no Ensino Fundamental em 2007, por área de formação, verifica-se que o percentual de professores licenciados no Mato Grosso do Sul acompanha a evolução do Brasil com destaque superior em diversas áreas, tais como: ciências, Educação Física, Letras/Literatura, Língua Estrangeira, Ciências Biológicas, Geografia, Matemática, História, Letras/Língua Portuguesa e Pedagogia.

Dos professores que atuavam no Ensino Médio, em 2007, conforme a disciplina que lecionam, pode-se inferir que apenas nas disciplinas de Física e Língua Estrangeira – Espanhol, Mato Grosso do Sul tem índice menor de formação que o Índice Brasil. Vale ressaltar que a UEMS oferece essas duas formações e anualmente forma egressos nessas disciplinas, reduzindo, dentro de suas possibilidades essa deficiência, que é um problema nacional, conforme esta assertiva:

Dados do Censo Escolar 2009 (INEP/MEC) revelam que pouco mais da metade (53,3%) dos professores que atuam no Ensino Médio na rede pública têm formação compatível com a disciplina que lecionam. O total é de 366.757. Nas séries finais do ensino fundamental, etapa na qual as matérias começam a ser dadas por professores de áreas específicas, a proporção é ainda menor: 46,7% de 617.571 docentes. O levantamento feito pelo INEP considerou apenas a inadequação dos professores que já possuem diploma de curso superior. Segundo o censo, nas séries finais do ensino fundamental, apenas 5% dos professores de Física têm licenciatura na área. [...] Já no Ensino Médio, as áreas que “lideram” as estatísticas da inadequação entre diploma universitário e matéria dada em sala de aula são um pouco diferentes do Fundamental. Além da Física, em que apenas 25,1% dos docentes que lecionam a disciplina têm formação na área, em Química, 28% dos profissionais dão aulas sem qualificação adequada. Faltam também professores especialistas de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Língua Estrangeira e de Educação Artística, por exemplo (OEA, 2010).

A preocupação em proporcionar formação aos professores que atuam na Educação Básica está evidente também nas políticas públicas do governo federal, que implantou em 2007 o primeiro Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, com a intenção de formar professores que atuam na Educação Básica e ainda não são graduados.

De acordo com o Educacenso 2007, cerca de 600 mil professores em exercício na Educação Básica pública não possuíam graduação ou atuavam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram. Visando atingir a meta estabelecida, os cursos são oferecidos tanto na modalidade presencial como a distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O plano consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. A ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007 (INEP/MEC, 2010a).

A formação inicial abrange três situações: professores que ainda não têm formação superior (primeira licenciatura); professores já formados, mas que lecionam em área diferente daquela em que se formaram (segunda licenciatura); e bacharéis sem licenciatura, que necessitam de estudos complementares que os habilitem ao exercício do Magistério.

3. Escolaridade e faixa de rendimento médio – 1996 e 2007, nos Municípios do MS

O emprego formal nos municípios em estudo é maior para doze dos quinze municípios estudados. Neste contexto, analisa-se se esse crescimento de emprego também se reflete na faixa de rendimento médio das pessoas com Ensino Superior completo.

Tabela 01 - Faixa de Rendimento Médio e escolaridade - Estado de MS – 1996 e 2007

Faixa/Ano	Menos que Ensino Médio		Ensino Médio Completo		Superior Completo	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
ATE 0,50	215	682	27	228	42	229
0,51 1,00	6139	10698	836	4366	235	1361
1,01 1,50	45452	110458	5086	57274	785	4854
1,51 2,00	36396	54959	7598	31468	1166	5413
2,01 3,00	42437	36210	8934	27182	3925	14394
3,01 4,00	19073	10427	5771	13276	3574	10833
4,01 5,00	8748	4041	3505	7417	2563	7963
5,01 7,00	8529	3222	4108	7451	4554	10335
7,01 10,00	4998	1504	4450	4605	4471	8846
10,01 15,00	3127	562	3295	1925	3059	5361
15,01 20,00	1011	78	1497	606	1729	3153
MAIS DE 20,0	1371	102	1864	401	3644	4647
TOTAL	177496	232943	46971	156199	29747	77389



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Analisando-se a tabela anterior quanto ao total do emprego formal por faixa de rendimento médio e escolaridade no período de 1996 e 2007, verifica-se que houve aumento do número de pessoas com menos que Ensino Médio para a faixa de 0,50 a 2 salários mínimos e uma redução no número de pessoas, quando analisada a faixa de rendimento médio acima de 2 salários, demonstrando que cargos com menor remuneração estão sendo ocupados por pessoas com menor escolaridade.

Para as pessoas com Ensino Médio completo, observa-se redução no número de pessoas a partir de 10 salários mínimos. Ressalta-se que houve aumento no número de pessoas com Ensino Superior em todas as faixas de rendimento médio. Infere-se, portanto, que o mercado de trabalho está absorvendo cada vez mais pessoas com maior grau de escolaridade, seja qual for a faixa de salário oferecida.

Para realizar a análise por município, foi calculado o shift-share por grau de escolaridade: menos que Ensino Médio, Ensino Médio completo e Ensino Superior; por faixa salarial: 0,5–1,5; 1,51–3,00; 3,01–5,00; 5,01–10,00; 10,01–20,00; mais de 20,00 salários mínimos; nos períodos 1996 e 2007.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Tabela 02 - Faixa de rendimento médio dos municípios selecionados para as pessoas com grau de instrução menos que Ensino Médio – 1996 e 2007

Municípios/ Faixa/Ano	0,5 – 1,5		1,51 – 3,00		3,01 – 5,00		5,01-10,00		10,01-20,00		Mais de 20,00 salários	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	639	1.449	1.213	1.099	189	80	53	21	4	2	1	-
Aquidauana	1.170	1.797	712	840	123	121	67	31	17	5	9	1
Campo Grande	17.607	36.009	33.726	30.013	15.622	6.558	8.571	7	3.071	312	1.134	90
Cassilândia	597	880	539	671	110	70	35	12	6	10	2	2
Coxim	742	1.310	735	940	166	141	60	25	24	3	1	1
Dourados	3.928	9.338	8.029	7.789	1.969	1.084	857	309	218	46	47	3
Glória de Dourados	214	270	105	136	7	13	4	-	1	-	1	-
Ivinhema	418	1.014	548	520	141	49	50	13	4	-	1	-
Jardim	310	731	312	335	37	17	13	-	9	2	1	-
Maracaju	875	2.418	862	1.453	261	368	164	108	27	13	42	3
Mundo Novo	389	629	317	335	61	76	17	12	2	1	2	-
Navirai	1.026	3.424	1.435	3.817	537	659	321	84	33	13	10	3
Nova Andradina	993	1.852	1.385	2.246	424	554	123	92	14	8	2	-
Paranaíba	1.315	2.074	1.126	1.349	200	149	78	35	13	1	0	-
Ponta Porã	1.311	2.249	2.150	1.223	571	234	216	62	52	8	9	1
TOTAL	31.534					10.17		3.86				
		65.444	53.194	52.766	20.418	3	10.629	1	3.495	424	1.262	104

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

No cálculo do shift-share, foi observado um crescimento de 10% de empregados com menos que Ensino Médio nos municípios selecionados. No Estado, constatou-se uma taxa de crescimento por faixa salarial de 135% (pessoas com ganho de 0,5 a 1,5 salários mínimos); 16% (pessoas com ganho de 1,51 a 3,0 salários). Para as pessoas com ganho entre 3,0 a mais de 20 salários mínimos, contou-se um decréscimo em todas as faixas de salários. O mesmo ritmo de crescimento foi observado em todos os municípios, sendo que em Amambai, Campo Grande, Dourados, Ivinhema e Ponta Porã as taxas decrescem a partir de 1,51 salários mínimos, demonstrando que pessoas com menos que Ensino Médio nestes municípios recebe até 1,5 salários mínimos. Por outro lado, municípios como Glória de Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Navirai e Nova Andradina apresentaram taxas de crescimento positivo no número de empregados que recebem até 5 salários mínimos.

De acordo com a variação diferencial a taxa de crescimento foi positiva até 3 salários para o Estado e os municípios que apresentaram variação diferencial positiva a partir de 3 salários tiveram maior redução no número de empregados acima desta faixa salarial. Já os que tiveram variação diferencial negativa tiveram menor redução.

Com relação à variação estrutural, todos os municípios apresentaram variação positiva até 3 salários mínimos, demonstrando que as pessoas com escolaridade menos que Ensino Médio receberam de 0,5 até 3,0 salários mínimos nestes municípios.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Tabela 03 - Faixa de rendimento médio dos municípios selecionados para as pessoas com grau de instrução Ensino Médio completo – 1996 e 2007

Municípios / Faixa/Ano	0,5 – 1,5		1,51 – 3,00		3,01 – 5,00		5,01-10,00		10,01-20,00		Mais de 20,00 salários	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	69	647	89	315	40	66	27	47	11	4	5	-
Aquidauana	101	585	176	382	45	95	46	47	21	22	13	2
Campo Grande	2.99	29.17	11.76	31.23	6.94	13.06	6.81	8.40	3.81	1.71	1.40	
Cassilândia	5	6	6	7	9	5	2	0	5	5	8	318
Coxim	39	553	36	218	21	40	15	21	6	5	6	1
Dourados	126	536	146	371	72	132	39	44	12	13	6	-
Dourados Glória de	238	5.419	784	4.608	461	1.068	330	544	215	110	98	6
Dourados	53	114	23	64	7	15	5	10	2	1	6	-
Ivinhema	52	312	41	159	15	25	13	19	12	4	6	-
Jardim	36	455	99	389	60	56	27	33	22	14	9	1
Maracaju	68	615	70	549	29	156	29	70	25	12	16	3
Mundo Novo	48	356	49	206	9	38	10	29	10	1	3	-
Naviraí	150	1.193	157	1.046	70	306	52	86	20	34	11	7
Nova Andradina	207	1.659	122	1.151	58	325	30	113	29	34	19	9
Paranaíba	126	1.141	95	467	40	84	32	66	20	13	14	-
Ponta Porã	103	1.467	237	927	127	206	114	120	57	27	30	4
TOTAL	4.41	44.22	13.89	42.08	8.00	15.67	7.58	9.64	4.27	2.00	1.65	
	1	8	0	9	3	7	1	9	7	9	0	351

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

No período em análise, estes municípios apresentaram uma taxa de crescimento no número de empregados com Ensino Médio Completo de 186%. A taxa de crescimento por faixa de salário no Estado foi de: 0,5 até 1,5 de 940%; de 1,51 até 3,00 de 255%; de 3,01 até 5,00 de 123%; de 5,01 até 10,00, de 41%; de 10,01 até 20,00, redução de 49%; mais de 20 salários, redução de 79%. Neste nível de escolaridade, o Estado apresentou crescimento de até 10 salários mínimos. Em relação aos municípios em análise, constata-se o mesmo comportamento da taxa de crescimento, com exceção de Aquidauana, Coxim, Naviraí e Nova Andradina, que apresentaram crescimento de até 20 salários neste nível de escolaridade.

Na variação diferencial por faixa salarial: de 0,5 até 1,5, os municípios de Cassilândia, Dourados, Jardim e Ponta Porã tiveram variação superior à média do Estado; de 1,51 até 3,00, os municípios de Cassilândia, Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã tiveram variação superior à média do Estado; 3,01 a 5,00, os municípios de Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Nova Andradina apresentaram taxa de crescimento superior à média do Estado; de 5,01 a 10,00 os municípios de Amambai, Dourados, Glória, Ivinhema, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

e Paranaíba, apresentaram taxa de crescimento superior à média do Estado; de 10,01 até 20,00 os municípios de Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Jardim, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba tiveram taxa de crescimento superior à média do Estado; acima de 20 salários os municípios de Campo Grande, Naviraí e Nova Andradina tiveram taxa de crescimento superior à média do Estado. Como o Estado obteve neste período taxa de crescimento positiva até a faixa de 10 salários mínimos, os municípios que apresentaram taxa superior à média do Estado a partir de 10,01 tiveram maior redução no número de empregados nestas faixas salariais do que o Estado. As pessoas com escolaridade de Ensino Médio completo atingem a faixa de salários até 10.

Na variação estrutural, todos os municípios apresentaram variação positiva até 3 salários mínimos, demonstrando que as pessoas com Ensino Médio completo tenderam a receber nestes municípios até três salários.

Tabela 04 - Faixa de Rendimento Médio dos Municípios Selecionados para as pessoas com grau de instrução Ensino Superior completo – 1996 e 2007

Municípios/ Faixa/Ano	0,5 – 1,5		1,51 – 3,00		3,01 – 5,00		5,01-10,00		10,01-20,00		Mais de 20,00 salários	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	2	151	14	369	35	155	31	116	3	13	3	2
Aquidauana	28	62	17	204	78	176	37	78	15	14	4	1
Campo Grande	541	3.218	4.063	10.837	5.075	12.688	8.048	14.128	4.248	6.614	3.107	4.037
Cassilândia	17	128	20	192	17	83	9	52	4	15	2	3
Coxim	4	78	41	154	23	81	52	90	8	34	4	2
Dourados	80	454	137	1.358	147	1.156	181	1.109	128	573	162	160
Glória de Dourados	8	30	8	55	3	36	2	24	2	4	3	1
Ivinhema	5	68	9	112	2	51	3	37	3	6	7	2
Jardim	7	43	16	161	4	112	5	42	1	18	4	2
Maracaju	11	204	36	166	18	118	20	90	17	47	5	18
Mundo Novo	14	29	4	34	3	77	1	54	3	7	-	6
Naviraí	25	104	51	361	25	243	28	148	20	71	16	49
Nova Andradina	9	103	29	332	23	187	13	175	7	66	7	11
Paranaíba	17	109	37	324	47	127	34	104	19	35	6	17
Ponta Porã	26	258	96	400	82	230	66	203	39	57	19	16
TOTAL	794	5.039	4.578	15.059	5.582	15.520	8.530	16.450	4.517	7.574	3.349	4.327

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Neste período, houve um crescimento de 134% de empregados com nível de escolaridade superior completo nos municípios em análise. Por faixa salarial, o Estado apresentou as seguintes taxas de crescimento: de 0,5 até 1,5, de 507%; de 1,51 até 3,0, de 289%; de 3,01 até 5,00, de 206%; de 5,01 até 10,00, de 113%; de 10,01 até 20,00, de 77%; com mais de 20, houve uma taxa de 28% de crescimento no número de empregados. Até 10 salários mínimos, todos os municípios apresentaram taxa de crescimento positiva; acima de 10,01 até 20, o município de Aquidauana reduziu 7%; com mais de 20 salários, a taxa de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

crecimiento foi positiva para Campo Grande, Cassilândia, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba.

Na variação diferencial por faixa de salário, constata-se: de 0,5 até 1,5, variação superior à média do Estado para os municípios de Amambai, Cassilândia, Coxim, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã; de 1,51 até 3,00 salários, a maioria apresentou variação superior à média estadual, com exceção de Campo Grande e Coxim; de 3,01 a 5,00, a maioria apresentou variação superior à estadual, com exceção de Aquidauana, Campo Grande, Paranaíba e Ponta Porã; de 5,01 até 10,00 apresentaram variação inferior ao Estado os municípios de Aquidauana, Campo Grande e Coxim; de 10,01 a 20 salários apresentaram taxa inferior de crescimento do Estado os municípios de Aquidauana, Campo Grande e Ponta Porã; com mais de 20 salários, apresentaram taxa inferior de crescimento à do Estado os municípios de Amambai, Aquidauana, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim e Ponta Porã.

Na variação estrutural, os municípios selecionados apresentaram variação positiva até 5 salários mínimos, demonstrando que pessoas com nível de escolaridade superior completo se concentram até esta faixa salarial.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Conclusão

Há menos de duas décadas da época de sua criação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul já deu passos decisivos para alcançar o objetivo inicial que, conforme sua missão, era de suprir uma deficiência de mão-de-obra especializada para atuar no ensino da Educação Básica.

No que concerne à evolução da qualificação do corpo docente, verifica-se crescente aumento no período em estudo no Estado de Mato Grosso do Sul. Das pessoas que atuavam no Ensino Fundamental em 2007, apenas 4,98% não tinha licenciatura e dos que atuavam no Ensino Médio, somente 5,02%. Quando realizada análise segundo a disciplina que lecionam, destaca-se que Química, Biologia, Língua-Literatura/Estrangeira, e Estudos Sociais/Sociologia, 100% dos professores tinham formação superior completa.

Analisados os componentes apontados pelo Índice Firjan nos municípios em estudo, constata-se que alguns tiveram variação negativa no emprego e renda e outros na saúde, no entanto, todos tiveram variação positiva na educação.

No que se refere à taxa do crescimento da escolaridade no emprego formal, constatou-se na variação diferencial que todos os municípios apresentaram taxa de crescimento maior que 100% com pessoas com Ensino Superior no mercado de trabalho, demonstrando que, quanto ao ritmo de crescimento do emprego nos municípios em análise, a maioria apresentou vantagem locacional para as pessoas com Ensino Superior.

Destaca-se que, quanto às pessoas com Ensino Superior completo, houve evolução em todas as faixas de rendimento médio, o que atesta que trabalhadores mais escolarizados têm mais chances de obter um emprego em relação às pessoas com menos escolaridade e, conseqüentemente, uma melhor faixa de rendimento. Essa constatação atesta mais uma vez a necessidade de investimentos em Ensino Superior como forma de facultar às pessoas a busca por uma vaga no mercado de trabalho, que requer, cada vez mais, um trabalhador mais preparado e qualificado.

Esta exigência por Ensino Superior se caracteriza também nos cargos exercidos, pois constata-se que os cargos de maior complexidade estão sendo ocupados por pessoas com esse grau de escolaridade: professores do Ensino Superior; membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário; profissionais da medicina, saúde e afins. Constata-se que em todos os municípios estudados, um dos maiores cargos ocupados pelas pessoas nesses municípios é de professor com Ensino Superior, atuando na Educação Básica e Ensino Médio.

As IES são elementos fundamentais no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico dos estados brasileiros. Cada vez mais, o Estado Brasileiro tem visto suas Instituições de Ensino Superior como instrumentos de geração, reprodução e acumulação do conhecimento científico e tecnológico e por sua vez, do desenvolvimento socioeconômico. No caso do Mato Grosso do Sul não tem sido diferente. É através das IES e, principalmente, das Universidades, que se dá a difusão desse conhecimento, por meio da pesquisa e da extensão.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

REFERÊNCIAS

- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Editora UFRGS. 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, nº 248, de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007 - RAIS 2007**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/rais/resultado_2007.pdf. Acesso em 30 abr 2009.
- CAVALIERE, Adriane; T. Diana L.V.A. de Macedo Soares; Michel Thiollent. **Avaliando o Desempenho da Universidade**. Ed. PUC Rio. São Paulo. Loyola, 2004.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm. Acesso em: 25 abr 2011.
- IBGE. **Síntese de indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008**. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Edição número 23. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2008/indic_sociais2008.pdf. Acesso em 17 jul 2010a.
- IBGE. **Contagem da população 2007**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm. Acesso em: 10 out 2010b.
- INEP. MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação Superior Brasileira 1991 – 2004**. Mato Grosso do Sul. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília. 2006a.
- INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Plano Nacional de Formação de Professores**. Apresentação. Censo do Professor. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13596&Itemid=975. Acesso em: 20 out 2010a.
- INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo nacional da educação superior 2006: resumo técnico**. Brasília - DF, Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>. Acesso em 24 jan 2010b.
- INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo nacional da educação superior 2008: resumo técnico**. Brasília - DF, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/resumos-tecnicos>. Acesso em 30 jan 2010c.
- IPEA. **O estado de uma nação: mercado de trabalho**,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

emprego e informalidade. 2006. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/Destaques/brasil2/Resumo_MercadodeTrabalho.pdf. Acesso em 15 jan 2010.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 2.230, de 2 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. 2001. Disponível em: <<http://www.uems.br/drh/legislacoes.html>>. Acesso em: 11 ago 2010.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. (Org). São Cristóvão, Editora UFS, 2007.

OEA. Organização dos Estados Iberoamericanos. **Censo Escolar 2009**. Sinopse Professor. Disponível em: www.oei.es/pdf2/Sinopse_Professor_Final_11mai09.xls. Acesso em 15 mar 2010.

PNUD Brasil 2003. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em 13 abr 2010.

POCHMANN, M. (Org.) ; BLANES, D. (Org.) ; AMORIM, Ricardo (Org.) . **Inclusão Social: Uma Utopia Possível: Impacto das Políticas Públicas de Mato Grosso do Sul**. São Paulo - SP: Cortez Editora, 2006. 256 p.

RICARDO, Eleonora Jorge; BONILAURI, Ana Rosa Chopard. Educação corporativa e educação a distância: dimensões e perspectivas da educação do trabalhador. p. 125-134. In **ABRAED**. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. Coord.: Fabio Sanchez. 3.ed. Instituto Monitor. São Paulo, 2007.

SOUZA, Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

STEINER, João E; MALNIC, Gerhard. (Orgs). Ensino Superior: **Conceito e Dinâmica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

UEMS. **Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. 1999. Disponível em: www.uems.br/internet/soc/estatuto%20uems.pdf. Acesso em 10 jun 2010a.

UEMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional UEMS 2009-2013**. Disponível em: http://www.uems.br/internet/soc/PDI-UEMS_2009-2013_versao_finals.pdf. Acesso em 30 mai 2010b.

UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. Resolução CEPE/UEMS nº 1.060, de 07 de dezembro de 2010c.

UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Resolução CEPE/UEMS nº 928, de 22 de fevereiro de 2010d.

UEMS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem**. Resolução CEPE/UEMS nº 410, de 25 de março de 2004 e 711, de 24 de abril de 2007.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Comissão Própria de Avaliação. CPA. **Relatório do 1º Ciclo de Avaliação Institucional Interna**. 2005. Dourados – MS. CDD (20.ed.) – 378.8171. Agosto de 2006.

UEMS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito UEMS Naviraí**. Disponível em www.uems.br/portal/cursos/repositorio/48_2010-10-30_10-09-04.doc. Acesso em 24 abr 2010e.

UEMS. **Relatório de Atividades UEMS anual. 2008**. Disponível em: <http://www.uems.br/internet/soc/relatorio-atividades-uems-anual-jan-dez-2008.pdf>. Acesso em 24 jul 2010g.

UEMS. **Resolução COUNI-UEMS N° 329, de 1º de outubro de 2007**, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Disponível em: www.uems.br/proe/nulen/legislacao/...couni/res_couni_329.doc. Acesso em 20 jul 2009.

UEMS. **UEMS encerra curso Normal Superior com 2 mil professores formados**. 2011. Disponível em: <http://www.uems.br/portal/noticia.php?idnot=5310>. Acesso em 10 fev 2011.